

**PROCESSO Nº: 0800428-58.2021.4.05.8205 - APELAÇÃO CÍVEL**

**APELANTE:** EDMILSON ALVES DOS REIS

**ADVOGADO:** José Lacerda Brasileiro

**APELADO:** MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro

**ADVOGADO:** Joanielson Guedes Barbosa

**RELATOR(A):** Desembargador(a) Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima - 2ª Turma

**JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA (1º GRAU):** Juiz(a) Federal Thiago Batista De Ataíde

## RELATÓRIO

### **O SR. DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA (RELATOR):**

Adoto, por economia processual, o relatório estampado no parecer da douta Procuradoria Regional da República:

*"(...) 1.- O presente recurso de apelação foi interposto por EDMILSON ALVES DOS REIS (id. 4058205.14287356) contra decisão proferida pela 14ª Vara Federal da Seção Judiciária da Paraíba (id. 4058205.14108193), que julgou procedente a presente ação de improbidade administrativa.*

*Esta ação de responsabilização por ato de improbidade administrativa (id. 4058205.8218552) foi ajuizada em face de EDMILSON ALVES DOS REIS, a fim de condená-lo pela prática das condutas previstas nos artigos 10, inciso I; e II, inciso VI, da Lei nº 8.429/92, impondo-se-lhe as sanções determinadas no artigo 12, inciso I, da mesma lei.*

*2.- Narra-se na inicial (id. 4058205.8218552) que o Apelante exerceu o cargo de prefeito do Município de Teixeira/PB e que, durante a sua gestão, foi celebrado convênio com o Fundo Nacional de Educação - FNDE, para a execução de um projeto educativo de construção de 12 salas de aula no Bairro Água Azul, por meio do qual o ente federal repassaria R\$ 3.419.743,91 à edilidade.*

*Para a realização da obra, foi contratada a empresa M&M Construções Ltda., por meio da concorrência 01/2015. A referida empresa recebeu o equivalente a 85,35% do valor do convênio para dar início à obra, mas, em virtude dos desdobramentos da Operação Recidiva, o contrato foi rescindido, remanescendo na conta do convênio o valor de R\$504.412,91.*

*Tem a presente ação, portanto, o objetivo de analisar a omissão no dever de prestar contas e a inexecução física do convênio, o que provocou dano ao erário municipal e, consequentemente, um impedimento para a continuação da execução do convênio.*

*3.- A nova gestão municipal, a partir de 1º jan. 2021, determinou a realização de levantamento quanto à execução física das obras em andamento e/ou deixadas inacabadas no âmbito do município. Observou-se do aludido relatório que apenas 44,31% da obra foi executada, dos quais uma parte está inadimplente com o FNDE, por conter vícios insanáveis.*

*Diversas são as irregularidades descritas na inicial, a partir de relatórios fornecidos pelo SIMEC, como inconformidades com o projeto e as especificações, não execução de serviços preliminares e divergências entre o percentual executado informado e o encontrado pela vistoria.*

*Todo esse cenário não deixou outra opção ao município, que não a devolução ao órgão federal do saldo restante em conta, sem a conclusão da finalidade do objeto pactuado, e com um efetivo dano ao município e ao erário federal de R\$2.195.647,24.*

*4.- Instruído o feito, o Juízo a quo julgou procedente o pedido contido na petição inicial para condenar o Apelado com base nos artigos 10, inciso I, e 11, inciso VI, da Lei nº 8.429/92, aduzindo que: i) o valor pago à construtora não é compatível com o percentual da obra até então executado; e ii) houve omissão de prestação de contas com o objetivo de ocultar irregularidades.*

*Irresignado, EDMILSON ALVES DO REIS interpôs recurso de apelação, no qual alega que: i) houve violação ao princípio do contraditório e da ampla defesa, uma vez que o Réu não foi intimado a indicar assistente técnico para validar a vistoria realizada pelo FNDE, como também na perícia realizada pelos engenheiros da prefeitura de Teixeira, após a mudança de gestão, e sem que fosse realizado qualquer registro de Anotação de Responsabilidade Técnica; ii) a empresa contratada, quando participou do processo licitatório, apresentou toda a documentação necessária para sua habilitação, bem como autos de comprovação de capacidade técnica e da idoneidade dos seus dirigentes, demonstrando que não se tratava de uma empresa de fachada; iii) 'não há prova de que o Prefeito tenha agido de modo a enriquecer quem quer que seja, tanto é que realizou pagamentos dentro do cronograma da obra e não a no processo nenhuma prova de que alguém tenha utilizado dinheiro público em proveito próprio, pois não existe qualquer prova de enriquecimento ilícito e muito menos de quem foi beneficiado sem causa com recursos públicos'; iv) o Apelante prestou contas de forma adequada ao órgão financiador e ao Tribunal de Contas da Paraíba; e v) o Recorrente deveria ter garantido o contraditório e a ampla defesa no que tange à apuração do dano ao erário.*

*O Município de Teixeira e o Parquet federal apresentaram contrarrazões (ids. 4058205.14438899 e 4058205.1461531). (...)"*

Parecer da d. Procuradoria Regional da República, opinando pelo não provimento do apelo.

É o relatório.

rl

**PROCESSO Nº: 0800428-58.2021.4.05.8205 - APELAÇÃO CÍVEL**

**APELANTE: EDMILSON ALVES DOS REIS**

**ADVOGADO: José Lacerda Brasileiro**

**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro**

**ADVOGADO:** Joa Nilson Guedes Barbosa

**RELATOR(A):** Desembargador(a) Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima - 2ª Turma

**JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA (1º GRAU):** Juiz(a) Federal Thiago Batista De Ataíde

## VOTO

### **O SR. DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA (RELATOR):**

Como visto, EDMILSON ALVES DOS REIS recorre de sentença com que o Juízo da 14ª Vara Federal/PE julgou procedente ação de improbidade administrativa, condenando-o por fatos subsumidos nos arts. 10, I, e 11, VI, da Lei nº 8.429/92.

De acordo com a petição inicial:

- a) durante a gestão do apelante, o Município de Teixeira/PB firmou convênio com o FNDE para a construção de 12 salas no Bairro Água Azul, por meio do qual o ente federal repassaria R\$ 3.419.743,91 à edilidade;
- b) para executar a obra, foi contratada a empresa M&M Construções LTDA, por meio da Concorrência 01/2015;
- c) referida empresa recebeu o equivalente a 85,35% do valor do convênio, mas o contrato foi rescindido em virtude dos desdobramentos da Operação Recidiva;
- d) remanesceu na conta do convênio o valor de R\$ 504.412,91;
- e) o referido gestor deixou de prestar contas dos valores pagos à empresa;
- f) além disso, a execução da obra atingiu o patamar de apenas 44,31%, dos quais uma parte está inadimplente junto ao FNDE por conter vícios insanáveis;
- g) considerando tais inconsistências e que o valor remanescente na conta é insuficiente para concluir a obra, houve dano ao erário estimado em R\$ 2.195.647,24; e
- h) assim agindo, o demandado praticou as condutas tipificadas no artigos 11, I e VI, e 10, I, da LIA.

Por considerar comprovados os fatos elencados na exordial, a sentença condenou o apelante nos seguintes termos:

- a) pela conduta tipificada no art. 10, I, LIA: a.1) perda da função pública (vínculo de mesma qualidade e natureza, conforme art. 12, §1º, LIA); a.2) suspensão dos direitos políticos até 08 (oito)

anos; a.3) pagamento de multa civil equivalente a 10% (dez por cento) do valor do dano, considerando que o fato é anterior à Lei 14.230/21; e

b) pela conduta tipificada no art. 11, VI, LIA: multa civil de até 05 (cinco) vezes o valor da remuneração recebida pelo agente na época dos fatos.

Feito retrospecto, examino o apelo.

De saída, não há que se falar em violação ao princípio do contraditório e da ampla defesa, tão somente porque o recorrente não foi intimado a indicar assistente técnico para validar a vistoria realizada pelo FNDE, como também na perícia realizada pelos engenheiros da prefeitura de Teixeira/PB, após a mudança de gestão.

Ora, referidos trabalhos, sabidamente, são realizados na fase pré-processual, momento no qual a malversação dos recursos, assim como os pretensos responsáveis, ainda estão sendo identificados.

Nesse momento, como é intuitivo, não há espaço para a discussão própria do contraditório que se estabelece posteriormente, no processo judicial, quando todos os elementos coligidos nas investigações ficam sujeitos aos questionamentos eventualmente levantados pelas partes.

Ademais, como observa o parecer ministerial, não houve demonstração do prejuízo sofrido pela parte, em virtude da não indicação de assistente técnico. Nesse sentido, o simples inconformismo com as conclusões da vistoria não autoriza a realização de novo exame pericial, que, por sinal, sequer foi postulado durante a instrução processual.

Rejeita a preliminar, cumpre enfrentar-se o mérito.

Em que pese o apelante sustente a regularidade da habilitação da empresa contratada, as provas coligidas mostram que as relações entre as pessoas que atuavam em nome da pessoa jurídica (formal ou informalmente) e aquelas ligadas à prefeitura ultrapassaram os limites das atividades lícitas.

Além disso, ficou demonstrado que não passava de uma empresa de fachada, tendo em vista que as obras foram repassadas a um vereador daquele município, que sustentava a base parlamentar do prefeito. Tudo com o conhecimento do último, conforme se depreende da leitura de numerosos diálogos interceptados.

Diferentemente do que se sustenta no recurso, resta demonstrado o comportamento doloso do então chefe do executivo municipal. Afinal, ele participou de inúmeras irregularidades, a exemplo da fraude licitatória, da contratação de empresa de fachada, do repasse da execução a terceiro e, o que interessa mais diretamente ao caso dos autos, os pagamentos indevidos, tudo a resultar em dano ao erário.

No caso, como mostra a sentença, é incontroverso que a obra não foi concluída e que

foram destinados à empresa R\$ 2.915.331,69 (dois milhões, novecentos e quinze mil, trezentos e trinta e um reais e sessenta e nove reais), restando o saldo, na conta específica do convênio, de R\$ 504.412,22.

Observa-se, ainda, que, ocorrida a mudança da gestão municipal, o novo prefeito determinou a realização de levantamento acerca da execução da obra em comento. A comissão instituída para tal finalidade elaborou o relatório conclusivo no qual restou assim consignado:

*"(...) A obra se encontra paralisada desde a gestão anterior, com um percentual de execução de apenas 44%, enquanto houve liberação de pagamentos correspondente a 85,35% do valor global contratado. Essa obra tem sido inclusive objeto de investigação e denúncia pelo Ministério Público Federal, na chamada operação RECIDIVA. A atual gestão municipal não tem qualquer possibilidade de retomar essa obra na situação que foi deixada pela gestão anterior, que liberou, repita-se, pagamentos que totalizam 85,35% do valor global contratado, quando foi executado somente cerca de 44% da obra. (...)".*

Posteriormente, já em 4/11/2021, o FNDE vistoriou a obra e concluiu que *"(...) foram constatados problemas - (A discrepância grave entre a execução e o cronograma financeiro da obra, além disso há problemas graves estruturais com pilares demolidos com ferragem expostas e lajes em situação de risco de desabamento.) - que colocam a segurança da edificação e de seus usuários em risco, podendo causar iminente dano para a integridade física dos operários e usuários."*

Frente a esse quadro, resulta inegável o acerto da sentença ao concluir ter havido pagamento por serviços não executados ou executados em divergência com o projeto.

De se registrar, ainda, que a obra também foi objeto das ações penais n. 0800432-95.2021.4.05.8205 e 0800433-80.2021.4.05.8205 (ambas oriundas da Operação Recidiva), nas quais restou demonstrado que a escola era executada não pela empresa contratada, mas por FRANCISCO DE ASSIS FERREIRA TAVARES, vereador à época, com o conhecimento do ex-prefeito EDMILSON REIS, ora apelante. Ambos foram, inclusive, condenados pelo crime de associação criminosa em decorrência da utilização da M&M Construção num esquema de fraudes licitatórias.

Nesse contexto, conforme pondera a sentença, a documentação coligida pela defesa mostra o processo de pagamento seguido pela prefeitura, mas não afasta o fato de que os serviços não foram executados de acordo com o projeto. Além disso, a tese defensiva de que o alcaide apenas efetuava os pagamentos após a elaboração do boletim de medição e de que confiava nas informações recebidas do setor técnico não convence. Na verdade, o então prefeito encontrava-se associado ao referido vereador, executor, de fato, da obra, e aos representantes da empresa contratada. Ele tinha conhecimento de que os serviços eram conduzidos por FRANCISCO DE ASSIS FERREIRA TAVARES e não pela

empresa contratada, o que já demonstra que os procedimentos na prefeitura municipal não seguiam a estrita legalidade, diferentemente do que ele afirma.

Com isso, conclui-se que, desde o procedimento licitatório até a fase de execução contratual, fora praticada uma série de irregularidades (v.g., fraude licitatória, contratação de empresa de fachada, repasse da execução a terceiro, pagamentos indevidos), com o conhecimento do então prefeito, que culminaram por causar dano ao erário. Comprovado, por conseguinte, o elemento subjetivo doloso, a justificar a condenação do ex-gestor municipal por ato de improbidade tipificado no art. 10, I, da Lei nº 8.429/92.

Quanto à prestação de contas, o recorrente sustenta tê-la feito junto ao MEC e que as informações eram apresentadas via SIMEC. No entanto, com adverte a decisão recorrida, o registro do andamento da obra no SIMEC não supre a necessária prestação de contas, em que devem ser apresentados os documentos que compõem o processo de pagamento (a exemplo daqueles juntados pelo demandado na fase de especificação de provas). Tais documentos deveriam ter sido fornecidos à gestão sucessora, a fim de que esta, ao findar a vigência do convênio, fosse capaz de efetuar a prestação de contas final.

Essa omissão, ademais, não pode ser sanada pela apresentação apenas em juízo dos documentos que compunham os processos de pagamento. Tem-se, portanto, que o sentenciado não apresentou qualquer justificativa que pudesse isentá-lo de responsabilidade, eis que não demonstrou nenhum motivo relevante que pudesse tê-lo impedido de disponibilizar os comprovantes da execução da despesa à nova administração. Comportamento que se enquadra no art. 11, VI, da LIA.

Finalmente, não prospera o questionamento referente ao valor do dano ao erário. É que, durante a gestão do apelante, constatou-se um percentual de execução de apenas 44,31%, enquanto houve liberação de pagamentos correspondente a 85,35% do valor global contratado.

Em outras palavras, o prejuízo corresponde ao percentual de 41,04% do valor contratado. A empresa se sagrou vencedora da concorrência com proposta de R\$ 3.416.202,34 (três milhões, quatrocentos e dezesseis mil, duzentos e dois reais e trinta e quatro centavos). Sendo assim, o dano ao erário corresponde a 41,04% deste valor, ou seja, R\$ 1.402.009,44 (um milhão, quatrocentos e dois mil e nove reais e quarenta e quatro centavos), com valores históricos que remontam a 23/09/2016 (data do último pagamento).

Frente ao exposto, **NEGO PROVIMENTO À APELAÇÃO.**

É como voto.

**PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA**

## Desembargador Federal Relator

rli

**PROCESSO Nº: 0800428-58.2021.4.05.8205 - APELAÇÃO CÍVEL****APELANTE:** EDMILSON ALVES DOS REIS**ADVOGADO:** José Lacerda Brasileiro**APELADO:** MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro**ADVOGADO:** Joa Nilson Guedes Barbosa**RELATOR(A):** Desembargador(a) Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima - 2ª Turma**JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA (1º GRAU):** Juiz(a) Federal Thiago Batista De Ataíde**EMENTA**

**CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. MUNICÍPIO. CONVÊNIO COM O FNDE. CONSTRUÇÃO DE ESCOLA. PAGAMENTOS POR SERVIÇOS NÃO REALIZADOS (ART. 10, I, LEI 8.429/92). FATO COMPROVADO POR VISTORIA. AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONSTAS (ART. 11, VI, DO MESMO DIPLOMA). DEMONSTRAÇÃO. SENTENÇA CONDENATÓRIA. MANUTENÇÃO. NÃO PROVIMENTO.**

1. Apelação interposta pelo réu em face de sentença com que o Juízo da 14ª Vara Federal/PE julgou procedente ação de improbidade administrativa, condenando-o por fatos subsumidos nos arts. 10, I, e 11, VI, da Lei nº 8.429/92.
2. Petição inicial segundo a qual: a) durante a gestão do apelante, o Município de Teixeira/PB firmou convênio com o FNDE para a construção de 12 salas no Bairro Água Azul, por meio do qual o ente federal repassaria R\$ 3.419.743,91 à edilidade; b) para executar a obra, foi contratada a empresa M&M Construções LTDA, por meio da Concorrência 01/2015; c) referida empresa recebeu o equivalente a 85,35% do valor do convênio, mas o contrato foi rescindido em virtude dos desdobramentos da Operação Recidiva; d) remanesceu na conta do convênio o valor de R\$ 504.412,91; e) o referido gestor deixou de prestar contas dos valores pagos à empresa; f) além disso, a execução da obra atingiu o patamar de apenas 44,31%, dos quais uma parte está inadimplente junto ao FNDE por conter vícios insanáveis; g) considerando tais inconsistências e que o valor remanescente na conta é insuficiente para concluir a obra, houve dano ao erário estimado em R\$ 2.195.647,24; h) assim agindo, o demandado praticou as condutas tipificadas no artigos 11, I e VI, e 10, I, da LIA.
3. Por considerar comprovados os fatos elencados na exordial, a sentença condenou o

apelante nos seguintes termos: a) pela conduta tipificada no art. 10, I, LIA: a.1) perda da função pública (vínculo de mesma qualidade e natureza, conforme art. 12, §1º, LIA); a.2) suspensão dos direitos políticos até 08 (oito) anos; a.3) pagamento de multa civil equivalente a 10% (dez por cento) do valor do dano, considerando que o fato é anterior à Lei 14.230/21; e b) pela conduta tipificada no art. 11, VI, LIA: multa civil de até 05 (cinco) vezes o valor da remuneração recebida pelo agente na época dos fatos.

4. Não há que se falar em violação ao princípio do contraditório e da ampla defesa, tão somente porque o recorrente não foi intimado a indicar assistente técnico para validar a vistoria realizada pelo FNDE, como também na perícia realizada pelos engenheiros da prefeitura de Teixeira/PB, após a mudança de gestão. Referidos trabalhos, sabidamente, são realizados na fase pré-processual, momento no qual a malversação dos recursos, assim como os pretensos responsáveis, ainda estão sendo identificados. Nesse momento, como é intuitivo, não há espaço para a discussão própria do contraditório que se estabelece posteriormente, no processo judicial, quando todos os elementos coligidos nas investigações ficam sujeitos aos questionamentos eventualmente levantados pelas partes.
5. Ademais, como observa o parecer ministerial, não houve demonstração do prejuízo sofrido pela parte, em virtude da não indicação de assistente técnico. Nesse sentido, o simples inconformismo com as conclusões da vistoria não autoriza a realização de novo exame pericial, que, por sinal, sequer foi postulado durante a instrução processual.
6. Em que pese o apelante sustente a regularidade da habilitação da empresa contratada, as provas coligidas mostram que as relações entre as pessoas que atuavam em nome da pessoa jurídica (formal ou informalmente) e aquelas ligadas à prefeitura ultrapassaram os limites das atividades lícitas. Além disso, ficou demonstrado que não passava de uma empresa de fachada, tendo em vista que as obras foram repassadas a um vereador daquele município, que sustentava a base parlamentar do prefeito. Tudo com o conhecimento do último, conforme se depreende da leitura de numerosos diálogos interceptados.
7. Diferentemente do que se sustenta no recurso, resta demonstrado o comportamento doloso do então chefe do executivo municipal. Afinal, ele participou de inúmeras irregularidades, a exemplo da fraude licitatória, da contratação de empresa de fachada, do repasse da execução a terceiro e, o que interessa mais diretamente ao caso dos autos, os pagamentos indevidos, tudo a resultar em dano ao erário.
8. No caso, como mostra a sentença, é incontroverso que a obra não foi concluída e que foram destinados à empresa R\$ 2.915.331,69 (dois milhões, novecentos e quinze mil, trezentos e trinta e um reais e sessenta e nove reais), restando o saldo, na conta específica do convênio, de R\$ 504.412,22.
9. Observa-se, ainda, que, ocorrida a mudança da gestão municipal, o novo prefeito determinou a realização de levantamento acerca da execução da obra em comento. A comissão instituída para tal finalidade elaborou o relatório conclusivo no qual restou assim consignado: "(...) *A obra se encontra paralisada desde a gestão anterior, com um percentual de execução de apenas 44%, enquanto houve liberação de pagamentos correspondente a 85,35% do valor global contratado.*



*Essa obra tem sido inclusive objeto de investigação e denúncia pelo Ministério Público Federal, na chamada operação RECIDIVA. A atual gestão municipal não tem qualquer possibilidade de retomar essa obra na situação que foi deixada pela gestão anterior, que liberou, repita-se, pagamentos que totalizam 85,35% do valor global contratado, quando foi executado somente cerca de 44% da obra. (...)"*

10. Posteriormente, já em 4/11/2021, o FNDE vistoriou a obra e concluiu que "(...) foram constatados problemas - (A discrepância grave entre a execução e o cronograma financeiro da obra, além disso há problemas graves estruturais com pilares demolidos com ferragem expostas e lajes em situação de risco de desabamento.) - que colocam a segurança da edificação e de seus usuários em risco, podendo causar iminente dano para a integridade física dos operários e usuários."
11. Frente a esse quadro, resulta inegável o acerto da sentença ao concluir ter havido pagamento por serviços não executados ou executados em divergência com o projeto.
12. De se registrar, ainda, que a obra também foi objeto das ações penais n. 0800432-95.2021.4.05.8205 e 0800433-80.2021.4.05.8205 (ambas oriundas da Operação Recidiva), nas quais restou demonstrado que a escola era executada não pela empresa contratada, mas por FDAFT, vereador à época, com o conhecimento do ex-prefeito. Ambos foram, inclusive, condenados pelo crime de associação criminosa em decorrência da utilização da M&M Construção num esquema de fraudes licitatórias.
13. Nesse contexto, conforme pondera a sentença, a documentação coligida pela defesa mostra o processo de pagamento seguido pela prefeitura, mas não afasta o fato de que os serviços não foram executados de acordo com o projeto. Além disso, a tese defensiva de que o alcaide apenas efetuava os pagamentos após a elaboração do boletim de medição e de que confiava nas informações recebidas do setor técnico não convence. Na verdade, o então prefeito encontrava-se associado ao referido vereador, executor, de fato, da obra, e aos representantes da empresa contratada. Ele tinha conhecimento de que os serviços eram conduzidos por FDAFT e não pela empresa contratada, o que já demonstra que os procedimentos na prefeitura municipal não seguiam a estrita legalidade, diferentemente do que ele afirma.
14. Com isso, conclui-se que, desde o procedimento licitatório até a fase de execução contratual, fora praticada uma série de irregularidades (v.g., fraude licitatória, contratação de empresa de fachada, repasse da execução a terceiro, pagamentos indevidos), com o conhecimento do então prefeito, que culminaram por causar dano ao erário. Comprovado, por conseguinte, o elemento subjetivo doloso, a justificar a condenação do ex-gestor municipal por ato de improbidade tipificado no art. 10, I, da Lei nº 8.429/92.
15. Quanto à prestação de contas, o recorrente sustenta tê-la feito junto ao MEC e que as informações eram apresentadas via SIMEC. No entanto, com adverte a decisão recorrida, o registro do andamento da obra no SIMEC não supre a necessária prestação de contas, em que devem ser apresentados os documentos que compõem

o processo de pagamento (a exemplo daqueles juntados pelo demandado na fase de especificação de provas). Tais documentos deveriam ter sido fornecidos à gestão sucessora, a fim de que esta, ao findar a vigência do convênio, fosse capaz de efetuar a prestação de contas final.

16. Essa omissão, ademais, não pode ser sanada pela apresentação apenas em juízo dos documentos que compunham os processos de pagamento. Tem-se, portanto, que o sentenciado não apresentou qualquer justificativa que pudesse isentá-lo de responsabilidade, eis que não demonstrou nenhum motivo relevante que pudesse tê-lo impedido de disponibilizar os comprovantes da execução da despesa à nova administração. Comportamento que se enquadra no art. 11, VI, da LIA.
17. Finalmente, não prospera o questionamento referente ao valor do dano ao erário. É que, durante a gestão do apelante, constatou-se um percentual de execução de apenas 44,31%, enquanto houve liberação de pagamentos correspondente a 85,35% do valor global contratado. Em outras palavras, o prejuízo corresponde ao percentual de 41,04% do valor contratado. A empresa se sagrou vencedora da concorrência com proposta de R\$ 3.416.202,34 (três milhões, quatrocentos e dezesseis mil, duzentos e dois reais e trinta e quatro centavos). Sendo assim, o dano ao erário corresponde a 41,04% deste valor, ou seja, R\$ 1.402.009,44 (um milhão, quatrocentos e dois mil e nove reais e quarenta e quatro centavos), com valores históricos que remontam a 23/09/2016 (data do último pagamento).
18. Não provimento do apelo.

rl

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram como partes as acima indicadas.

DECIDE a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, **NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO**, nos termos do voto do Relator e das notas taquigráficas, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 22 de julho de 2025.

**PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA**

Desembargador Federal Relator

rl1



**Processo: 0800428-58.2021.4.05.8205**

**Assinado eletronicamente por:**

**PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA -**

**Magistrado**

**Data e hora da assinatura: 29/07/2025 11:47:47**

**Identificador: 4050000.52366524**



25072911474232000000052490852

**Para conferência da autenticidade do documento:**

[https://pje.trf5.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/  
listView.seam](https://pje.trf5.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam)